

O Brasil e a economia globalizada

MÁRIO TINOCO DA SILVA

Secretário de Fazenda e Planejamento do DF

EDUARDO COSTA E OLIVEIRA

Secretário-adjunto

A economia internacional passa por mudanças estruturais que vêm colocando em risco o contrato social implicitamente estabelecido no pós-guerra, que prometia pleno-emprego e amplo bem-estar social. Entretanto, o atingimento destes objetivos dependia de elevadas taxas de crescimento da renda, o que não ocorreu de forma generalizada.

Nesta década, vem se aprofundando um processo de globalização da economia, caracterizado pela intensificação do comércio mundial e pela mobilidade do capital, com ênfase no capital financeiro.

Essas modificações ocorrem sobre um pano de fundo de rápida mudança tecnológica, levando a uma ampla reestruturação das bases empresariais. Uma das características desse processo é a intensa liberação de mão-de-obra, principalmente não qualificada, que só consegue novos empregos piores que os anteriores. Os setores de ponta, por sua vez, demandam mão-de-obra cada vez mais qualificada.

A liberação de mão-de-obra nos setores que têm se reestruturado, vem contribuindo para intensificar a concentração de renda. Nas economias em que os mercados são muito regulados, como na maior parte da Europa, as taxas de desemprego têm atingido níveis dramaticamente elevados, muito acima dos observados no período pós-guerra. Naquelas em que os mercados são mais flexíveis, como os Estados Unidos e a Inglaterra, os trabalhadores acabam

aceitando empregos de menor remuneração e, muitas vezes, informais.

O desemprego e a concentração de renda decorrentes do impacto das mudanças tecnológicas apresentam características distintas das crises anteriores de insuficiência de demanda. Assim, as políticas anticíclicas, de corte keynesiano, têm a sua eficácia limitada, tendo em vista a dificuldade de encontrar fontes de financiamento do gasto público não inflacionárias e a menor capacidade de intervenção do Estado.

O processo de globalização tende a generalizar esses problemas para todas as economias integradas ao mercado mundial.

Uma das características mais importantes da globalização é a maior liberdade de movimentação do capital, com maior concentração de capital financeiro em portfólios, que podem ser alterados bruscamente, devido à grande liquidez dos mercados de capitais.

Assim, para garantir a estabilidade e atrair capitais internacionais, os países em desenvolvimento têm valorizado as taxas de câmbio e de juros, o que pode gerar déficits na Balança Comercial e nas contas públicas, limitando a expansão da produção interna. O desequilíbrio fiscal, agravado pelo aumento do endividamento, passa a ter peso crescente, dada a necessidade de se conter a liquidez resultante de grandes fluxos de capitais externos.

Desta forma, esses países passam a ter poucos graus de liberdade em suas políticas macroeconômicas, pois se não

adotarem políticas econômicas ortodoxas, serão penalizados pelos fluxos de capitais externos, gerando problemas cambiais incontornáveis e dificuldades de continuidade no financiamento da dívida pública.

Pode-se perceber, assim, que o Brasil se encaixa no figurino dos países em desenvolvimento incorporados ao processo de globalização da economia.

O País vem conseguindo atrair volumes crescentes de capitais externos por adotar política econômica "bem comportada". Estabilidade de preços, taxas elevadas de câmbio e de juros, manutenção sob relativo controle do déficit público e da dívida pública, privatização das empresas estatais visando reduzir o estoque da dívida, etc.

Entretanto, estes resultados, embora tenham representado um grande avanço, quando comparados com o desempenho da economia durante o período de hiperinflação contida, são, hoje, claramente insuficientes, em termos sociais.

O baixo crescimento do PIB, a insuficiência na geração de empregos, a baixa qualidade desses empregos e a incapacidade do governo em lidar com os problemas sociais, evidenciam que a rota seguida pela economia brasileira precisa de grandes correções de rumo.

Não se pode colocar em risco a estabilidade econômica ou retroceder em termos de abertura da economia. O processo de incorporação de novas tecnologias, em todos os setores, não pode ser interrompido ou postergado, pois o aumento da produtividade é essencial para o País

poder consolidar as bases do crescimento econômico auto-sustentado.

O governo brasileiro precisa aumentar sua capacidade de intervenção na economia, retirando, com determinação, os pontos de estrangulamento que impedem que se alcance taxas de crescimento do PIB comparáveis às experimentadas nos últimos anos da década de 60 e durante quase toda a década de 70.

Além disto, precisa enfrentar com maior efetividade os problemas sociais, melhorando, em muito, a qualidade do gasto público. A redução do desemprego, por exemplo, passa por amplos e eficazes programas de educação e de treinamento de mão-de-obra e de estímulo às micro e pequenas empresas, por meio, não só, de instrumentos que procurem simplificar as exigências burocráticas e reduzir a carga tributária, mas, principalmente, de oferta abundante de financiamento, a custo compatível. Além disso, a melhoria dos resultados de investimentos sociais em áreas prioritárias, como educação, saúde e segurança, dependem, por sua vez, de gerenciamento adequado. Os níveis de desperdícios nesse setores são assustadores.

É urgente que as forças progressistas do País definam uma agenda que contemple estes pontos de modos consistente e convincente. A inserção do Brasil na economia internacional é irreversível e os desequilíbrios sociais existentes terão que ser equacionados dentro desse contexto.

24 OUT 1997

*Economia -
Brasil*